

RESENHA

A EDUCAÇÃO RURAL SOBRE MÚLTIPLOS OLHARES

Rural Education in Multiple Perspectives

*Carlos Edinei de Oliveira**

WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí: Unijuí, 2007. 528p.

Os professores rurais, em geral, narram à solidão e as dificuldades que enfrentavam em suas escolas, em grande maioria isolada e distante das cidades. Pensar, estudar e pesquisar a história da educação rural é buscar respostas para indagações do presente e possibilitar que vozes e ações dos tempos pretéritos não fiquem mais silenciadas.

A coletânea de estudos organizada por Flávia Obino Corrêa, que reúne pesquisadores argentinos, brasileiros, mexicanos e portugueses apresenta significativos textos sobre a educação rural em perspectiva histórica abordando diferentes questões a este campo historiográfico, ainda pouco investigado no Brasil.

A obra Educação rural em perspectiva internacional “contribui para o debate da formação de professor, das práticas pedagógicas e das políticas de educação rural e seus contextos, objetivando também instaurar a discussão destas questões em perspectiva internacional” (p.12).

A coletânea está dividida em três partes distintas, a primeira, contempla pesquisadores brasileiros cujos textos abordam práticas e instituições voltadas ao mundo rural, em particular para espaços de São Paulo, Ceará, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A segunda parte mostra as iniciativas escolares para o meio rural em Portugal, destacando a formação dos professores rurais no discurso do poder político, a arquitetura escolar das escolas primárias na Beira Interior do século XIX a 1974 e finaliza com a cultura escolar e a formação dos mestres de ensino primário (1956-1960) construída através da produção escrita dos alunos. Em sua última parte, a coletânea apresenta a educação para o meio rural em contextos latino-americanos. As temáticas destacam as escolas normais rurais na Argentina, a formação de professores rurais e técnicos agrícolas no México, as representações e práticas educativas das professoras rurais do México, e o trabalho das professoras em sociedade campesina de agro exportação da República Dominicana.

A ideologia ruralista do paulista Sud Mennucci, em defesa da vocação agrícola do Brasil, tendo como foco a criação de escolas normais e grupos escolares rurais são analisados por Carlos Monarcha, no primeiro artigo da coletânea. O pensamento ruralista, no contexto do nacionalismo na Era Vargas compõe a reflexão do autor.

* Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Contato: c.edinei@terra.com.br

A Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, foi a primeira instituição brasileira destinada a formação de professores ruralistas. Antônio Germano Magalhães Júnior e Isabel Maria Sabino de Farias destacam em seu ensaio as práticas pedagógicas cotidianas desta escola normal, a fonte principal para análise é o discurso de Amália Xavier de Oliveira, cuja carreira profissional esteve associada à existência da primeira escola normal rural do Brasil.

Maria Elisabeth Blanck Miguel destaca a história das escolas rurais e a formação de professores no Estado do Paraná, no período de 1946 a 1961. A economia cafeeira e a pecuária era o cenário para a instalação de cursos normais regionais. A autora analisou os programas para os cursos normais regionais fazendo a relação com a política educacional brasileira e as diretrizes internacionais.

O texto sobre a educação rural em Minas Gerais (1949-1971) produzido por Ana Maria Casasanta Peixoto e Therezinha Andrade, destaca a criação do primeiro Curso Normal Regional de Minas Gerais – Curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo, cuja função era formar professores para a zona rural. Helena Antipoff foi a educadora responsável pelo planejamento e execução do curso. As autoras enfatizam o papel de Helena Antipoff na história da educação de Minas Gerais, assim como analisam o plano curricular do curso normal rural que recebeu influências do ideário escolanovista, destacando como um curso de alto nível produziu alunas com maiores perspectivas de trabalho e estudo, afastando-as do mundo rural.

Paulo Afonso Zarth apresenta a história das primeiras instituições de ensino e a tecnologias aplicadas ao campo no Rio Grande do Sul, o autor mostra os debates em torno da modernização da agricultura, a importância do ensino agrícola o movimento em busca de imigrantes europeus para substituir o pequeno lavrador nacional. O autor destaca também as dificuldades para implantar as instituições de ensino e também em difundir as novas tecnologias entre os produtores rurais. A primeira revista agrícola do Rio Grande do Sul também é objeto de análise.

A organizadora da coletânea Flávia Obino Corrêa Werle traz a luz a Escola Normal Rural no Rio Grande do Sul, a autora deixa evidente as concepções e os discursos que foram produzidos nas Conferências Nacionais de Educação em relação a população no campo e o papel da escola rural, bem como, a relação entre a Igreja Católica e o governo do Estado.

Dando voz para 12 homens, ex-alunos da Escola Normal Rural La Salle de Cerro Largo, que Flávia Obino Corrêa Werle, Carmo Thum, Célia Carmo Martinson e Gláucia Maria Costa Trinchão preenchem parte da lacuna historiográfica sobre escolas normais para a formação de professores de primeiras letras para zona rural. Estas instituições de formação de professores rurais tinham como objetivo estancar o êxodo rural. A escola normal de Cerro Largo tinha a dupla finalidade formar professores e líderes católicos comunitários.

Analisando dois impressos rio-grandenses *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul – Seção Educação Rural* e o manual didático *Escola Primária Rural*, Noeli Valentina Weschenfelder, em uma perspectiva foucaultiana destaca que estes impressos foram responsáveis por estabelecer regras e orientações para as ações docentes, bem como,

formar componentes de uma política cultural imposta a toda comunidade rural que tiveram acesso a eles de forma direta ou indireta. Os impressos, segundo a autora, funcionavam na construção da identidade da população rural.

A segunda parte da coletânea tem como espaços das práticas históricas Portugal. Áurea Adão, escreve sobre a escola em meio rural no Portugal dos primeiros anos do Estado Novo. Enfatiza como o governo de Salazar procurou subordinar consciências num processo de unificação cultural e política para estabelecer valores e manter o controle das famílias rurais, parte significativa no país, através da educação, que não apresentava diferenças entre o meio urbano e rural.

Analisando edifícios escolares no contexto rural da Beira Interior, Ernesto Candeias Martins, investiga a memória do ensino em que estão envolvidos. No texto, o autor analisa várias tipologias de edifícios escolares, cujo objetivo é reconstruir a memória arquitetônica da escola, dos seus atores, e também identificar seus projetos. As memórias do ensino ministradas nas escolas analisadas pelo autor são tomadas de críticas à política educacional da época, os atores sociais evidenciam o distanciamento que existia entre as leis para a educação e as prática cotidiana das aulas. As escolas continuam vivas como escolas, ou como outros edifícios públicos, ainda constituem como obras arquitetônicas, lugares de memórias.

Para Maria Isabel Aleixo e Maria do Céu Alves a cultura escolar e a formação dos professores, podem ser percebidas através da produção escrita dos alunos, para tanto, as autoras trabalham com análises de provas e de fragmentos de textos manuscritos de alunos da Escola Elementar do sexo masculino da freguesia de Cheleiros, em Mafra, distrito de Lisboa entre os anos de 1956 e 1960. As autoras aproximam a análise da institucionalização da escola elementar em Portugal.

A terceira parte da obra, escrita em língua hispânica é constituída de quatro textos sobre a educação rural em contextos latino-americanos. As escolas normais rurais na Argentina do início do século XX são analisadas por Adrián Ascolani que coloca como ponto fundamental o processo de criação e modificação das escolas normais nacionais que foram destinadas ao magistério rural e a formação do professor com capacidade técnica agropecuária. O autor conclui que na Argentina não houve uma política efetiva para relacionar a formação do professor com as necessidades agrárias, pois as escolas normais rurais funcionaram de forma instável institucionalmente, com uma variabilidade curricular e também ausência de recursos materiais.

Alicia Civera discute a formação de professores para o meio rural no México, abordando um projeto modernizador urbano que substitui os projetos anteriores destinados a formar professores rurais em sintonia com o mundo rural. A autora apresenta a resistência estudantil campesina frente ao projeto modernizador da educação, porém foi instalado no México a diferença entre a educação no campo e na cidade, ficando a primeira controlada pela segunda.

Novas identidades, construídas nas décadas posteriores a revolução de 1910, de professoras mexicanas de regiões indígenas são analisadas por Oresta Lopes, que destaca que as professoras rurais mexicanas foram responsáveis pela mediação entre a política cultural dos povos indígenas e o projeto do estado revolucionário.

Compondo o último artigo da coletânea Juan Bernardo Alfonseca Giner de los Rios analisa a feminização do magistério rural na República Dominicana. Para o autor, o processo de feminização do magistério foi diferente nas várias regiões dominicanas. Ele analisa em particular, o processo da substituição do trabalho do magistério rural anteriormente feito pelos homens pelo magistério de mulheres, das escolas do Valle Del Cibao, região agroexportadora de base campesina marcada pelo trabalho rural masculino.

O livro reúne produções de diversos pesquisadores de países diferentes, possibilitando debates e espaço para o avanço historiográfico nesta área da educação ainda pouco investigada e com carência de políticas públicas viáveis.

O leitor poderá encontrar diversas respostas sobre as práticas históricas da educação rural, em diferentes contextos como: a relação entre as ações políticas voltadas para a educação rural e os diferentes projetos nacionais modernizadores; a forma e os motivos de criação e organização das escolas normais rurais e dos institutos de formação técnica rural; a relação entre a escola e a família de agricultores; o processo de expansão da escola rural em diferentes espaços e tempos; os protagonistas do ensino na escola rural e seu currículo formador.

O livro teoricamente nos possibilita um exercício de história comparada, e também oportuniza experiências metodológicas com fontes variadas como: arquitetura, documentos escolares, entrevistas, filme, impressos oficiais, imprensa (jornal e revista), legislação e manuais escolares.

A obra *Educação Rural*, nos possibilita pensar diferentes nuances da história da educação rural em espaços diversos, no Brasil, em Portugal e em outros países latino-americanos, porém, em todos os textos, percebe-se que a educação rural foi preterida frente aos projetos educacionais urbanos, ou os projetos rurais, e ou discurso sobre, eram componentes políticos essenciais na esfera do controle das sociedades.

Grande parte dos textos aborda a história recente, o século XX, foi o tempo predominante nas narrativas, muitos protagonistas das histórias analisadas pelos diferentes autores podem ser testemunhos vivos, existe uma memória social viva sobre o pretérito, em parte significativa dos textos percebe-se contemporaneidade entre a experiência vivida pelos pesquisadores e o passado do qual se ocupam.

No tempo presente está em ampla discussão, nas esferas públicas da educação, a necessidade de uma educação do campo no campo, em que a escola esteja em sintonia com as realidades dos sujeitos rurais, e estes, interferindo de forma ativa em seu currículo. A obra, em análise é fundamental para compreendermos os múltiplos pensamentos que operacionalizaram a educação em espaço rural, num poder fazer diferente, traçando novos percursos frente a novas realidades e tecnologias na possibilidade de oportunizar, diferentes escolhas, aos que vivem no campo.

Recebido em janeiro de 2009

Aprovado em janeiro de 2009